



**ENGENHO E ARTE NA AUTORIA DO MODELO GRAMATICAL DE  
SETECENTOS: A ARTE, ATRIBUÍDA A ANTÔNIO JOSÉ  
DOS REIS LOBATO**

**TALENT AND ART IN THE GRAMMATICAL MODEL OF THE 1700s: *THE  
ART*, ASCRIBED TO ANTÔNIO JOSÉ DOS REIS LOBATO**

*Luiz Palladino Netto*<sup>1</sup>

“(…) só a partir do século XVIII se pode começar a pensar na bifurcação das variantes continentais, ora em consequência de mudanças ocorridas no Brasil, ora em Portugal, ora, ainda, em ambos os territórios”. (Callou, 2004, p. 22)

**Resumo**

O presente estudo diz respeito à historiografia do português setecentista. Focaliza, em especial, a querela autoral da *Arte da Grammatica*, 1770, modelo oficial da norma linguística do tempo, atribuída a Antônio José dos Reis Lobato. Discute-se a possibilidade de Lobato ser um pseudônimo, tendo em vista o cotejo com uma obra de autoria do Pe. Antônio Pereira Figueiredo, voz intelectual do ideólogo do regime, o Marquês de Pombal. Esta é a problemática interna proposta nesta abordagem. Por outro lado, considerando uma problemática externa, o contexto histórico-social da segunda metade do século XVIII em Portugal (e suas vicissitudes) é abordado a fim de dimensionar seu impacto sobre a publicação/circulação da *Arte*.

**Palavras-chave:** Língua portuguesa; Historiografia; Gramática; Ensino.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: [lpnetto3@gmail.com](mailto:lpnetto3@gmail.com).

Recebido em: 15/10/2018

Aceito em: 11/11/2018



A revista *Diadorim* utiliza uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/) (CC-BY-NC).

## Abstract

The present study concerns the historiography of the 18<sup>th</sup> Century Portuguese. It focuses, in particular, the quarrel around the authorship of the *Arte da Grammatica*, 1770, official model of the linguistic norm of the time, attributed to Antônio José dos Reis Lobato. We bring to this article the discussion about the possibility of *Lobato* being a pseudonym, in view of the comparison with a work by Fr. Antônio Pereira Figueiredo, an intellectual voice of the regime's ideologue, the Marquis of Pombal. This is the internal problem proposed in this approach. On the other hand, considering an external problematic, the historical-social context of the second half of the 18th Century in Portugal (and its vicissitudes) is approached in order to assess its impact on the publication/circulation of the *Arte*.

**Keywords:** Portuguese language; Historiography; Grammar; Teaching.

## Apresentação

Na apreciação de Costa, “estudar a gramaticografia em Portugal é do maior interesse uma vez que há ainda muito a conhecer de nossa língua e a maior parte dos trabalhos que a descrevem estão ainda por desbravar” (2002, p. 82). Sugere a autora, para a consecução desse contributo, o resgate dos saberes construídos e sua recepção, uma abordagem integrada das obras (do aparato redacional) e das *mentes que as criaram*, em seus recortes cronológicos, tendo em vista suas coordenadas epocais. Neste sentido, Kossarik se manifesta de forma congênere: “a investigação da história do pensamento linguístico em Portugal não está acabada e continua a ter muito interesse para o historiador” (2002, p. 181).

Nesta apresentação, considera-se a segunda metade do século XVIII um ponto chave para a história das ideias linguísticas e para a cultura em Portugal como horizonte de retrospectão no qual se integram procedimentos, conceitos e técnicas para instrumentalizar a gramatização do português, aspecto pouco explorado quando comparado com outras línguas. Revisita-se a doutrina setecentista lobatiana, cuja notoriedade se encontra, indelevelmente, associada à *Arte da Grammatica da Lingua Portugueza*, da qual há quatro dezenas de edições recenseadas.

Tida como corporificação do celebrado gramaticalismo racionalista português, no afã de inaugurar um novo método de aprendizado da língua, a *Arte* se fundaria não na “diversidade dos fatos constatados empiricamente, mas sobre a identificação dos ‘fundamentos’ da arte de falar que os autores viam em um certo número de mecanismos de pensamento”, como um aspecto universal, na dicção de Colombat, Fournier e Puech (2017, p. 173). De fato, na própria designação *Arte*, entretanto, ecoa o apelo a uma tradição gramatical, não especulativa, o que sugere se tratar de uma obra de transição “entre o espelhamento na gramática latina e a renovação lógico-filosófica”, nos termos de Vieira (2018, p. 132). Atribuída a Antônio José dos Reis Lobato, a gramática suscita, não obstante, uma problemática autoral. Vieira (2018), a propósito, reiterou, recentemente, que Lobato seria *possível pseudônimo*.

Esta abordagem irá se debruçar sobre o binômio obra-autoria, no contexto dos vetores transversais e das mentalidades do tempo, no âmbito de um projeto pedagógico mais amplo de escolarização do estado mobilizador. Com efeito, a *Arte* foi, mais do que um compêndio oficial do reformismo pombalino, um liame de identidade e afirmação, em face do processo de valorização e institucionalização dos vernáculos europeus e da língua portuguesa, já que não era mais possível o controle de Babel pelo latim, como sugere Weedwood (2002).

### Primeiras impressões

Em notável panorama respeitante ao saber e ao poder em Portugal no conspecto europeu, de 1620 a 1807, Gouveia (1993), preconizando como fio condutor da leitura o conjunto dos “sistemas do saber, que constelaram mundovisões, do humanismo formal da segunda escolástica ao iluminismo católico, enciclopedista e laicizante”, asseverou:

Ainda em 1759, o director-geral dos Estudos faz publicar a Breve instrucçam para ensinar a Doutrina Christãa, ler e escrever aos Meninos e, ao mesmo tempo, os princípios da lingua portuguesa e sua Orthografia. A orientação aí explícita é de compromisso. Ao mesmo tempo que se procura fazer a doutrinação dentro do espírito da Igreja, usa-se o catecismo como texto para a aprendizagem da leitura e da escrita. Só em 17712 aparece uma gramática, oficialmente aprovada, para ser adoptada na aprendizagem do português. É seu autor António José dos Reis Lobato e o seu título *Arte da grammatica da lingua portugueza* (...) o corte com o mundo do catecismo tornava-se mais flagrante. Só com ele trabalhos pioneiros como o de Manuel de Andrade Figueiredo, a Nova escola para aprender a ler, escrever e contar, já publicado desde 1722, podiam aflorar com todas as suas indicações práticas, em que a aprendizagem da matérias ganhava especificidade própria, resgatada ao mundo do catecismo. (GOUVEIA, 1993, p. 436)

Em seu esboço da história da filologia portuguesa, Vasconcellos (1929), ainda que de forma muito circunscrita, propõe quatro períodos representativos. Lobato estaria inscrito *na transição para o 3º período*, fase do princípio do século XVIII até 1779, com a fundação da Academia Real das Ciências de Lisboa.

Ao abordar-se de forma preliminar a *Arte*<sup>3</sup>, no entanto, causa estranhamento o fato de o autor de uma obra de vasto êxito editorial, para a qual não foi adversa a fortuna de reedições ou

2 Sobre o ano de publicação da *Arte*, Silva também prefere 1771: “não conheço edição mais antiga que a de 1771; essa reputo como a primeira, e d’ella conservo um nitido exemplar” (1924, p. 175). Assunção (1998), a partir de vasta investigação, afirma que, de fato, a edição *princeps* é a de 1770. O texto aqui utilizado é o de 1824, R, na tipologia de Assunção. Pode ter havido *gralha* na datação, como sustenta Amadeu Torres *apud* Ranauro (2015, p. 73). Na França pós-revolucionária, a obra de Lhomond, *Éléments de grammaire française* (1780), foi escolhida por uma comissão, em 1795, após *dois anos de reflexão*, como padrão de gramática escolar, contando com longevidade notável: “centenas de reedições ao longo de todo o século XIX”, de acordo com Colombat, Fournier e Puech (2017, p. 190).

3 Como aponta Fávero, durante a Idade Média, a gramática se torna *arte* e “nesse sentido de gramática como uma das *Artes Liberales* que vamos ter, do Renascimento até o século XVIII, obras intituladas *Arte de Grammatica*” (2001, p. 62).

reimpressões, “a primeira a ser adotada oficialmente nas escolas”, como destaca Fávero (1996, p. 190), sob o beneplácito do poder, fundando o *corte* de que fala Gouveia, ser escamoteado nas obras de referência, com exceção de Inocêncio Silva. Isto, porém, não autoriza sequer o investigador a dizer: “não são abundantes os dados biográficos do autor...”.

O anonimato de Lobato, autor *exemplar* de uma obra saída do centro do poder, *mandada adotar nas escolas*, em todo o reino, incluindo o Brasil, por decreto de José I, para o ensino do vernáculo, como um dos pilares pedagógicos da reforma pombalina, pensamento serviçal do regime, para *adiantar a cultura da lingua Portuguesa*, de modo que, no reino e seus domínios, *possa haver vassallos uteis ao Estado*, de acordo com o pragmatismo pedagógico do tempo, é ruidoso, suscita a curiosidade e parece desconcertante. Tratava-se de um ilustre desconhecido superiormente dotado para congraçar uma renovação?

Zanon e Faccina destacam a resiliência da *Arte*, sublinhando que ela, “de forma continuada e sistemática, serve de base para o ensino de Língua Portuguesa, no período de 1770 a 1869, tendo sido a gramática mais editada em Portugal” (2004, p. 88), acrescentando, por fim: “ela foi uma obra inovadora para sua época”. Já Telmo Verdelho, citado por Gonçalves, salienta um aspecto da mudança do quadro pedagógico: a “democratização do acesso à palavra escrita para um alargamento da participação na vida pública” (1997, p. 43).

No século XVIII, esclarece Fonseca, atribui-se “modernidade aos tentames de reduzir a princípios a gramática portuguesa” (2006, p. 162), por isso, “a hora era de uma política de língua materna”. Com base na *representação do pensamento* e de seus preceitos lógicos, na análise de Moura e Cambrusi (2018), estabelece-se uma nova base para a gramática dita tradicional. Neste projeto, Fonseca acrescenta que está no auge o prestígio de Lobato e seu *ineditismo*, “uma vez fixada a sua *Arte* (...) como texto oficial para a escolarização da gramática portuguesa” (p. 163), tendo em vista o estabelecimento de uma nova norma.

Por outro lado, o manuseamento de uma gramática latina, *Novo Methodo da Grammatica Latina dividido em duas partes para o uso das escolas da Congregação do Oratorio*, 1860 (1ª ed. 1752-1753), do Pe. Antônio Pereira de Figueiredo, da mesma Congregação, dá novo fôlego à investigação na medida em que o cotejo entre estruturas e definições das obras revela paulatinamente parecenças de superfície que não se mostram meramente acidentais. Tal é a problemática interna. Segundo opinião de Almeida (1970), no volume quarto de sua *História de Portugal*, Pereira foi “um dos mais profusos colaboradores do Marquês de Pombal” (p. 295).

Parece contraproducente admitir-se que o Pe. Pereira, homem de vastíssima produção e erudição<sup>4</sup>, de notória presença régia e membro integrante da Real Mesa Censória (RMC), desde a sua criação em 5 de abril de 1768, quando o rei decidiu restringir o poder decisório dos

4 A invulgar relação de seus trabalhos está registrada no *Catálogo das obras impressas e manuscritas de António Pereira de Figueiredo da Congregação do Oratório*, Lisboa, 1800. Gonçalves (2006) quantifica a vastíssima produção: 90 obras impressas e 52 manuscritos.

censores da igreja, tomando-o para si, na qualidade de um dos principais deputados ordinários, representante dileto de Sebastião José, autorizasse, com os outros dois censores, a publicação de uma gramática portuguesa *moldada pelo Novo Methodo*. Bessa-Luís, em provocativa reflexão, pondera: “alguém disse, duma maneira insidiosa e bela, que ter talento não é o suficiente: é preciso também licença para isso” (1990, p. 83).

Sobre o *modus operandi* rigoroso da RMC, Carreira revela:

quando um autor, impressor ou empresário, ou ainda qualquer outra pessoa, pretendia uma licença, para ler, imprimir ou representar qualquer obra, metia um requerimento à Mesa. Esta distribuía depois os assuntos aos censores, segundo as suas competências, os quais deviam dar o seu parecer por escrito, e obter o acordo de dois colegas, que subscreviam também o parecer. A Mesa deliberava, então, nas suas reuniões semanais, homologando sistematicamente a opinião expressa pelo censor designado”. (CARREIRA, 1988, p. 56)<sup>5</sup>

A competência da RMC abarcava, portanto, tudo que se referisse ao exame, aprovação ou condenação de livros e escritos, portugueses ou importados.

Cavalcanti (2004, p. 149) esclarece que a RMC, ademais, criou “instrumentos e canais de controle que rastreassem, por todo o Reino”, os livros e seus possuidores. Radicalizou a gravidade do processo, por força do edital de 10 de julho de 1769, ao intimar (e intimidar...) que livreiros, impressores, mercadores e pessoas encaminhassem a ela uma relação minuciosa, à maneira de um catálogo circunstanciado, das obras que possuísem e as eventuais licenças já outorgadas. Com isso, estendia sua capilaridade, em face da restrição de *fiscals* e da impossibilidade de torná-los onipresentes em todo o Reino.

Pode-se pensar em plágio nestas condições de produção e historicidade? Não seria o Pe. Pereira (autor de obras inclusive sobre língua portuguesa) um censor bastante capacitado para examinar uma gramática vernácula? Acresce um dado relevante, citado por Zanon e Faccina: “Assunção não localiza o pedido de autorização à Real Mesa Censória para publicação dessa gramática [a *Arte* de Lobato] o que ocorre com a obra anterior a esta” (2004, p. 85).

Deixada de lado, por ora, a possibilidade, pouco fiável ou aceitável, de Lobato ser um *ilustre desconhecido*, apesar de elaborar obra de larga difusão do saber reformado do regime pombalino até meados do século XIX, e, portanto, a coexistência de dois autores, afigura-se, pois, a hipótese de Antônio José dos Reis Lobato ser um dos pseudônimos criados pelo Pe. Pe-

---

5 A RMC remodelou o antigo sistema censorial português, integrado pelo Desembargo do Paço, pelo Ordinário e pela Inquisição. Das três esferas dependia qualquer concessão de licença (a licença da censura régia, a do Bispo e a da Inquisição); o fato de obter-se autorização em um órgão não significava necessariamente autorização no outro. A RMC era composta por *apaniguados* de Pombal e aos vendedores de livros defesos as leis eram severas: impunham, além do confisco, seis meses de cadeia; havendo reincidência, dez anos de degredo para Angola, como informa Azevedo (2004). Schaefer (1899) enumera a composição da junta: um inquisidor da Mesa do Santo Ofício, o Vigário Geral do patriarcado e um desembargador mais velho, além de dois deputados ordinários e outros cinco de nomeação régia.

reira. Por que razão? Com que propósitos?

Insera-se, pois, esta abordagem no âmbito da historiografia linguística setecentista. Nos termos de Fávero e Molina, citando Auroux, um domínio do “saber construído em torno de uma língua, num dado momento, como produto de uma reflexão metalinguística, quer de uma atividade metalinguística” (2006, p. 24). Neste afã, vislumbram-se dois caminhos: um retrospectivo, o da memória, apontando o que um recorte da geração de setecentos legou, e um prospectivo, respeitante à recepção da obra/autor na tradição histórica. Visa a oferecer evidências a respeito de uma presumida identidade autoral ao estabelecer um contraponto entre excertos da *Arte* e do *Novo Methodo*, sob o quadro das *mentalidades* do século XVIII, em sua segunda metade, articulando a institucionalidade do saber e as realidades das formas de poder que subjazem a ele.

### Aspectos do projeto pedagógico setecentista

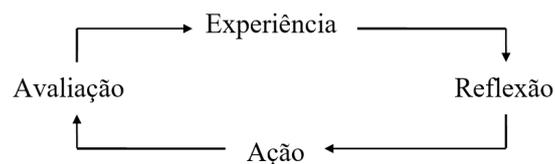
A educação sempre constituiu um território fronteiro, interdisciplinar, com seus aportes teórico-metodológicos orientados para diversos domínios. Um papel atribuído à *pedagogia revolucionária* de setecentos, a partir do regime pombalino, é o de delegar meios de conhecimento ao indivíduo. Mais ainda, quer prepará-lo para dar conta da produtividade social, quer construir em cada homem a consciência do cidadão, promover uma emancipação (particularmente intelectual) com fins universalizantes e indiretamente homologar classes sociais. Neste século reformador, política e culturalmente, esforça-se a pedagogia para construir “um homem-indivíduo que é um novo sujeito social, na nova imagem do Estado e da economia que vem romper definitivamente com a sociedade de ordem do *Ancien Régime*”, para Cambi (1999, p. 324). O aspecto utilitarista da educação, por isso, aparece consagrado na *Encyclopédie*, na qual se defende que a educação seja *útil à sociedade e ao Estado*.

Para tanto, as instituições educativas deveriam passar por transformações e ganhar autonomia, tendo em vista os princípios do *Ancien Régime*. Neste contexto, a escola, com seus instrumentos de ensino, renovou-se amplamente: “vai se laicizando, já que se estatiza, já que visa a formar o homem também e sobretudo como cidadão (deixando para o indivíduo particular o problema moral e da educação moral e religiosa, pelo menos como tendência ou princípio), já que é administrada por uma burocracia *ad hoc*”, para Cambi (1999, p. 327-328).

Instaura-se, pois, no século XVIII, uma nova ordem da pedagogia, base da modernidade: assume-se como sendo laica, racional e científica, norteada pelos valores sociais e civis, rigorosamente crítica em face das tradições, instituições e crenças educativas. Toda a espessura temporal (social, teórica, científica, prática) sujeita-se ao controle capilar do próprio saber e agir. Objetiva-se, por exemplo, na segunda metade do setecentismo português, à luz da *auctoritas* do modelo pombalino, a *reforma* da sociedade, tendo em vista a vertente educativa – sobretudo a partir da vertente educativa.

Apregoa-se a *pedagogia das luzes*, embora no setecentismo não exista formalmente ainda um sistema escolar orgânico, o que se nota também na sociedade portuguesa. Salienda Cambi a propósito que o modelo da *Ratio studiorum*, “malgrado o atraso da cultura que ele propõe, manifesta uma significativa eficiência, e sua substituição após a expulsão da Companhia de Jesus criará problemas de não pouca importância” (1999, p. 331).

A pedagogia inaciana exortava a consecução de um trabalho inspirado nos seguintes pressupostos, os quais teriam um efeito multiplicador no processo ensino-aprendizagem:



No projeto pedagógico inaciano, um currículo universal para as escolas dos jesuítas (Inácio de Loyola, segundo Cordeiro (2016, p. 27) “nunca, em nenhum momento, referiu-se aos membros do grupo como ‘jesuítas’”, designação tardia, usada quando o esforço missionário se notabilizou) foi consubstanciado de acordo com a *Ratio Studiorum*, espécie de código da educação, que chegou a se converter em norma rigorosa para todos os colégios da ordem, e “se desenvolveu e enriqueceu durante mais de duzentos anos”, na avaliação de Klein (2015, p. 104). A ordem exigia de seus adeptos um quarto *voto* (além dos tradicionais, *pobreza, obediência e castidade*): *obediência* papal. A pedagogia inaciana se inspira na fé, entretanto se assume também como profundamente humana, e, por conseguinte, universal. A conversão só era alcançada pela via do processo educacional, razão pela qual “os religiosos resolveram transformar o processo educativo em uma experiência de imersão”, para Cordeiro (2016, p. 15). Devia contemplar uma perspectiva do mundo e, também, uma visão da pessoa humana, para, com efeito, desdobrar os *talentos recebidos de Deus*, em relação às *tentações do mundo*. Neste sentido, uma compreensão reflexiva e vivificada pela contemplação, abarcando o corpo, a mente, o coração e a alma da pessoa humana é uma exortação básica.

No século XVIII, reformador, os jesuítas, não dispendo, é claro, de métodos formais, ou cientificamente comprovados, para emular e demonstrar esses objetivos espirituais, sofreram pesadas críticas, muitas das quais, por isso, inteiramente infundadas. Como é consabido, são acusados de escamotear a formação integral do *homem-cidadão*, de agenciar uma cultura estritamente de caráter humanístico-retórica, *antimoderna*, de deixar à margem a ciência do tempo. Voltaire, no *Dicionário Filosófico* (1978), ataca os jesuítas e a cultura religiosa que propõem como modelo formativo do cidadão setecentista, contrapondo, em acordo com a *Encyclopédie*, um saber útil, uma formação laica e fiel ao Estado.

No bojo reformista da difusão das *Lumières*, fomentado pelo *ódio ideológico* de Verney, criticam-se os *curricula* e os meios de sua instituição, como os tratamentos gramaticais: “de-

nuncia-se a corrupção da educação moral, o fato de ‘reduzir tudo a práticas exteriores’ e o papel central atribuído a ‘meditações e catecismos’”, segundo Cambi (1999, p. 332). Há *queixumes* por toda a parte apontados para o que se acreditava ser um “systema defeituoso e nocivo de ensino apotado pelos jesuitas durante o tempo em que eram elles os que forneciam e guiavam a instrução”, no dizer de Schaefer (1899, p. 183). O mesmo autor acrescenta quanto ao *ensino da lingua patria*: “era descuidado, por motivo da preferencia dada ao ensino das línguas mortas” (p. 184).

Cavalcanti (2004, p. 158) ressalta que “pouco antes da lei que expulsou a Companhia de Jesus do território de Portugal e de suas colônias em 3 de setembro de 1759, o rei D. José I criou, com o alvará de 30 de junho do mesmo ano, as normas de funcionamento das aulas régias”, com o intuito de preencher o vazio educacional. Outra lei, por meio do decreto de 6 de junho, estabeleceu a função de diretor-geral de estudos, para a qual foi designado o principal membro da Igreja de Lisboa e do Conselho de sua majestade, D. Thomaz de Almeida, que ficará à frente da nova política do ensino. Esboçou-se uma radical mudança na orientação pedagógica: passa-se do viés jesuítico para a visão de mundo oratoriana, mais moderna e iluminada, com a instituição de nova metodologia acompanhada da relação de livros a ser adotada. Uma das obras chanceladas foi o *Compêndio* do Pe. Pereira.

D. Thomaz divulgou edital para concurso público dos docentes régios, aqueles com *vidas e costumes exemplares, decência e erudição conhecida*, para o *feliz progresso de um estabelecimento glorioso*, como destaca Cavalcanti (2004, p. 159), a fim de eliminar qualquer vestígio do método jesuítico. Por isso, os mestres deveriam estar afinadíssimos com a filosofia educacional vigente, daí o prestígio de que gozavam, embora fossem remunerados com valores muito aquém de outros cargos centrais do regime. Com a extinção da Diretoria Geral de Ensino, por determinação do alvará de 5 de junho de 1771, a RMC passou a administrar o ensino, sob a direção do Pe. Manoel do Cenáculo Vilas-Boas. O aparato educacional aperfeiçoava sua rede tentacular.

Tal é a problemática externa à elaboração da *Arte*. Qual é o papel deste compêndio para os desdobramentos das reformas e transformações em Portugal da segunda metade de setecentos, voltadas para o fomento da instrução pública que passa a ter força de lei?

### **Sobre Lobato e a Arte**

Com o intuito de capitalizar conhecimentos a respeito do autor, debruçou-se a pesquisa sobre algumas obras de referência, fontes da memória do tempo. Para tanto, a inventariação contemplou o *Lello Universal*, o *Grande Dicionário Enciclopédico Verbo*, a *Enciclopédia Verbo* (duas edições), a *Enciclopedia Espasa*, a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*.

Neste recenseamento, não se encontrou qualquer verbete específico sobre o autor<sup>6</sup>. Trabalhos congêneres, o *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Serrão, o *Dicionário Ilustrado de Portugal*, a *História de Portugal* (dita de Barcelos), a *História de Portugal*, de Serrão, e a *História de Portugal*, coordenada por Mattoso, apenas se referem a Lobato como autor de uma *Arte*, sem considerações a propósito de sua identidade.

Para a biografia, foi compulsado, também, Silva, que, aliás, cita Lobato, mas brevemente alude: “ainda ignoro a sua naturalidade e nascimento, bem como a data precisa do seu obito. Poude apenas colligir que falecera nos primeiros annos do corrente seculo [XIX], havendo quasi a certeza de que já era morto em 1804” (1924, p. 175). Menciona que Lobato teria sido Bacharel, provavelmente, em Leis, por Coimbra, e Cavaleiro da Ordem de Cristo. Verdelho apenas indica: “António José dos Reis Lobato (1721-1803?)” (1995, p. 21). A datação relativa ao nascimento de Lobato é a mesma já perfilhada por Vasconcellos:

“Reis Lobato (1721) foi em gramática um instrumento do Marquês de Pombal nas obras de reforma contra o ensino jesuítico; discípulo das doutrinas de Sanches, Perizonio, Vossio, Sciopio e Lancello (indicação de erudição e vanguarda), combate duramente a Grammatica do Pe. Bento Pereira, só porque este seguiu o método de Alvarez, reprovado por el-rei D. José”. (VASCONCELLOS, 1929, p. 867)

Não há menção ao ano de falecimento do autor. Fávero afirma que “a gramática de Reis Lobato pouco ou nada apresenta de novo” (1996, p. 201), o que, por si só, é discutível, porém não se refere a dados biográficos autorais.

Por que Vasconcellos e Verdelho indicam 1721 como sendo o ano de nascimento de Lobato, já que Silva não alude ao fato? Qual a fonte autoral? Ao presumir ao redor de 1803 a morte de Lobato, Verdelho ao que parece está sob a batuta de Silva. Como, porém, Silva chegou a *coligir* esta data? Os dados de Vasconcellos e Verdelho parecem de segunda mão.

Seja como for, pareceria que somente uma pesquisa *in loco*, consubstanciada por documentos primários, poderia lançar novas luzes relativamente à identificação do autor. Considerando o intervalo histórico aduzido por Verdelho, mesmo que sem respaldo factual, e as indicações de Silva, caberia um levantamento, na Universidade de Coimbra, a fim de verificar uma possível matrícula do Bacharel Lobato, bem como uma busca nominal nos livros dos membros da Ordem de Cristo, na Torre do Tombo.

Foi o que levou a efeito Assunção (1998). Após investigar os dados pessoais de tão ilustre desconhecido, não com alguma frustração, por certo, informa: “nada encontramos sobre o nascimento de António José dos Reis Lobato”. Ademais, nada foi localizado por Assunção na-

---

6 Bastante referido é o Pe. António dos Reis (1690-1738), professor de Teologia, historiador e cronista, integrante também da Congregação do Oratório a que pertenceu o Pe. Pereira. Segundo Andrade, “muito versado nas línguas it., esp., fr., tb. sabia gr. e ing. Falava o lat. como a língua pátria” (1974, p. 196).

quelas outras esferas: livros de Ordem de Cristo, Livro das Mercês e das Chancelarias Régias de D. João V e D. José I, livro das matrículas – Mesa da Consciência e Ordens – da Universidade de Coimbra.

Por ora, não são encontradas maiores provas a respeito da existência de Lobato. Pode ser que o autor tenha existido, mas, por razões obscuras, foi ignorado pela tradição histórica.

Inferências à parte, diante destas lacunas e incertezas, foram aventadas três hipóteses por Assunção (1998), por certo o mais abalizado investigador do tema:

- (i) A existência de Lobato, sem qualquer dado factual que a corrobore;
- (ii) O nome *António José dos Reis Lobato* ser mero pseudônimo. Neste caso, de quem?
- (iii) O nome *António José dos Reis Lobato* ser criação do Marquês de Pombal, o que parece ser menos provável.

Tendo em vista a triangulação sugerida por Assunção, parece lícito suspeitar-se que António José dos Reis Lobato seria meramente um *pseudônimo* do Pe. Pereira<sup>7</sup>. Por quê? A presente investigação tem a presunção de suscitar evidências a propósito desta hipótese, que fica um pouco mais robustecida a partir da colação de fragmentos da *Arte* e do *Novo Methodo* e por conta de certos vetores do contexto histórico de Portugal da segunda metade do século XVIII. Por força do Alvará Régio, datado de 30 de Setembro de 1770, como ensina Schaefer:

se ordenava que os professores de latim, para a admissão dos alumnos na sua aula, lhes deviam ensinar seis mezes antes a grammatica portugueza composta por Antonio José dos Reis Lobato, a qual foi approvada por el-rei para uso d'essas aulas por causa do methodo, da clareza e da boa ordem com que estava escripta. (SCHAEFER, 1899, p. 184)

Como a *Arte* obteria estes predicados com um aparato redacional tão estreitado àquele do *Novo Methodo*, em um quadro tão vigoroso de controle textual e autoral?

Uma convicção a respeito de uma identidade seria extemporânea no momento e poderia induzir um pesquisador/leitor, na melhor das situações, ao erro. Muitos fatos da contextura da época permanecem opacos ou simplesmente imersos. Não é fácil rasgar o pano de fundo fielmente tecido entre o saber e o poder na ânsia de controle da verdade. Parafraseando Bessa-Luís (1992, p. 270), recolheram-se só alguns homens e um enigma; e alguns nomes estampados em

---

<sup>7</sup> A prática do pseudônimo é largamente difundida no século XVIII. Em relação aos membros da Arcádia Lusitana, fundada em 1756, Carreira esclarece: “todos adoptaram criptómenos (...). Também os árcades nunca faltaram com seu apoio à política de Carvalho e Melo, que assistiu mesmo a algumas sessões em companhia de D. José. De resto, quase todos dedicaram obras ao rei ou ao seu primeiro-ministro” (1988, p. 16). Andrade acrescenta: “algumas sessões públicas da Arcádia Portuguesa efectuaram-se na sala da biblioteca [da Congregação do Oratório]. Nesta casa estiveram reclusos Anastácio da Cunha e Bocage” (1982, p. 439). *O Verdadeiro Método de Estudar*, 1746, foi escrito sob o pseudônimo de Pe. Barbadinho. Cândido Lusitano é pseudônimo conhecido de Francisco José Freire. O Pe. Pereira, como será visto, lançou mão de tal procedimento mais de uma vez.

gramáticas.

## O Novo Methodo... do Pe. Pereira

### O autor e a época

Antônio Pereira de Figueiredo (1725-1797), sob orientação jesuítico-escolástica, estudou latim, latinidade e música no Colégio de Vila Viçosa. Em 1737, ingressou no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, como organista, para continuar a formação regular. Retira-se, porém, em 1744, com o fim de vestir a roupeta<sup>8</sup>, como os jesuítas, já que não tinham hábito próprio, aos 19 anos, na Casa do Espírito Santo da Congregação do Oratório de S. Filipe Néri<sup>9</sup>, em Lisboa. O nome *Oratório* provém do local adaptado na Igreja de São Jerônimo, em Roma, onde se agregavam seus primeiros adeptos para orar e cantar as vésperas.

Estabelecidos na Casa N. S. das Necessidades, sob a proteção do rei D. João V, os oratorianos, como informa Andrade (1982), basicamente, dedicavam-se ao necessário para o labor eclesiástico: três anos de Filosofia e quatro de Teologia. Impunha-se, todavia, uma condição básica para matrícula: o conhecimento de latim. Segundo Andrade, havia uma “afeição pelo jansenismo<sup>10</sup>, mal aflorado em Portugal” e um certo “pendor para o quietismo” (1982, p. 691). Em relação ao método de ensino, são frisantes a intenção de simplificar o estudo do latim, conciliar a lógica aristotélica com a *moderna* de Port-Royal e priorizar o ensino das ciências em uma perspectiva experimental. Para Cidade,

“não admira, assim, que o Oratório, mesmo sem a protecção do Estado, suplantasse pedagogicamente a Companhia. Esta teimava em defender o último reduto da exaurida Escolástica; aquele trazia novas noções e sistemas às novíssimas curiosidades intelectuais”. (CIDADE, 1948, p. 133)

A Congregação, portanto, aglutinava esforços em torno da renovação filosófica e pedagógica em Portugal, tão ao gosto dos *estrangeirados*, como *Pombal*, que em sua formação pôde amalgamar “vasto repertório de idéias emprestadas”, conforme reflexão de Bessa-Luís (1990, p. 157). Neste clima epocal, Bessa-Luís também sugere: “a nobreza espia o momento de se introduzir no campo das Letras (...) para procurar aí uma identidade nova que lhe permita

8 Andrade salienta: “os Oratorianos envergavam uma roupeta parda durante o ano do noviciado, substituída ao fim, no caso de o candidato ficar aprovado, pela roupeta preta, que em processo pombalino se identifica com a dos Jesuítas” (1982, p. 492). Seu estatuto determinava ademais: *mande-se que os vestidos dos Congregados seja de uma pano vil*, como informa em apêndice Lima (1980).

9 A Congregação do Oratório, fundada em Roma por S. Filipe Néri, em 1565, foi aprovada por Gregório XIII e ratificada por Paulo V. Atribui-se ao P. Bartolomeu do Quental a implantação da ordem em Portugal, em 1668.

10 Na visão de Almeida, esta doutrina “servia admiravelmente ao Marquês de Pombal para a realização do sonho da onipotência política, desde que os jansenistas, vencidos nas lutas teológicas se tinham mancomunado com o poder real na luta contra a Santa Sé” (1970, p. 342). Bassetto e Murachco, no *Prefácio à Edição Brasileira* de Arnauld e Lancelot (1992) também abordam com detalhes o jansenismo (e os estados da Graça e da Predestinação).

sobreviver, mais do que restaurar as suas prerrogativas” (1990, p. 17).

A partir de 1750, na Real Casa das Necessidades, instaura-se novo período na história dos oratorianos<sup>11</sup>. Por esta época, adquirem fama de bons pedagogos, o que suscitou acaloradas polémicas e disputas ideológicas com os jesuítas, até 1759, quando estes e seus saberes balizados pela *Ratio Studiorum* são expulsos, em atitude emblemática de animosidade e ressentimento do poder refundador. Para Azevedo, este menoscabo com os jesuítas é um projeto para generalizar a ideia de que eles “tinham derruído a mentalidade portuguesa, como se outras causas não houvesse para explicar a decadência (...) da Nação” (2004, p. 348).

Ironicamente, comenta Wright, “o país de onde tinham embarcado as primeiras missões jesuítas, mais de dois séculos antes” (2006, p. 180), é o primeiro a banir os religiosos do seu território e sua *metodologia*, circunstância também destacada por Venturi (1991). De acordo com o pensamento de Hazard, no século XVIII, “a Europa procura a sua unidade, é um facto certo; que, ao mesmo tempo, ela se divide, não é um facto menos constante” (1974, p. 302). Por ocasião do terremoto de 1755, certos jesuítas falaram em *intervenção divina*, como punição oportuna pra os pecados de *Portugal*, o que provocara reações e interpretações (*basófia supersticiosa*) das elites governamentais. Rumores (infundados) de supostas *riquezas* jesuíticas escondidas e um plano (não comprovado) de estabelecimento de um Estado dentro do Estado serviram também de suporte para a onda antijesuítica. Abre-se, pois, um processo de audácia e clamor *crítico*: os jesuítas são acusados de “haverem legado uma sociedade imperfeita toda ela de ilusões e sofrimentos”, conforme Hazard (1974, p. 302). A suposta participação dos jesuítas no atentado contra D. José I fora também lembrada. Em 1759, portanto, toda a Companhia fora formalmente expulsa do país e em setembro os navios com os jesuítas deixam Lisboa em busca de abrigo nos estados papais<sup>12</sup>. Na concepção de Rudé, o Marquês “pôs em prática estas medidas empregando um máximo de crueldade e um mínimo de subtileza ‘filosófica’” (1988, p. 153).

Enquanto isso, os oratorianos ampliaram paulatinamente as ofertas para alunos externos e se definem com rigor as disciplinas curriculares ministradas na nova sede, como resenha Andrade: “quatro classes de ensino: a primeira de Doutrina Cristã, ler, escrever e contar; a Segunda, de Gramática e Retórica; a terceira de Teologia Moral e a quarta, de Filosofia” (1982, p. 414). O autor complementa: “foi notável a biblioteca que conseguiram reunir (de que se conservam

11 Bessa-Luís, a propósito, discorre: “são eles [os oratorianos] os que dão o tom à cultura portuguesa do século XVIII e até à sua política. Também Sebastião José é um estrangeirado, um protegido dos oratorianos, congregação que faz ponto de honra das ideias novas” (1990, p. 92).

12 Em janeiro de 1759, os padres foram confinados às residências e os seus bens confiscados; um decreto de setembro do mesmo ano determina o banimento definitivo dos jesuítas (a permanência em território português estava sujeita à pena de morte). Acrescenta Wright alguns dados sobre este processo de exílio: “ao todo, aproximadamente 1.100 jesuítas seriam banidos e outros 259 seriam encaminhados para as prisões de Pombal. Nos meses e anos seguintes, a onda de choque se deslocaria pelo mundo” (2006, p. 182), abarcando também as possessões portuguesas ultramarinas.

os catálogos onomástico e ideográfico) e facultavam ao público” (p. 438). Cidade é mais específico: a Congregação teria sido “como nenhuma ordem religiosa apetrechada de material pedagógico (...) (1948, p. 132). Informa o Pe. Pereira de Figueiredo, que foi dos oratorianos mais distintos, possuir ela uma biblioteca de não menos que 24.000 volumes”, sem falar em uma tipografia própria. Este religioso, mais tarde, lecionou, na Congregação, Teologia (1762-1766), depois de ensinar Latim e Retórica, e elaborou inúmeros trabalhos de teor pedagógico, de acordo com um programa da ordem. Até 1768, suas obras eram assinadas apenas com dois nomes, *Antônio Pereira*, tendo em vista os estatutos vigentes.

Neste mesmo ano, por determinação expressa de Pombal, que, antes, havia acolhido os oratorianos na luta contra os inicianos, as aulas da ordem foram encerradas. Como lembra Andrade, “havia, porém, um oratoriano que servia o Governo com fidelidade” (1982, p. 432). Propõe Andrade que a aniquilação dos nêris foi motivada pelo “pretexto de inconfidência e ensino de doutrinas perniciosas à mocidade e adesão ao bispo de Coimbra” (p. 691). Para um biógrafo do Pe. Teodoro de Almeida, nasceu um fidalgal ódio em Sebastião José pela recusa da Congregação em fornecer acomodações *decentes* (e independentes da comunidade) para os dois filhos do ministro que haviam ingressado na ordem. Andrade rejeita tal suposição por entender que

“Pombal não costumava cair em ingenuidades e sabia muito bem revestir as suas causas de motivos aparentemente fortes, por exemplo, de ofensa à Majestade Real. Neste caso concreto repetiu o ‘crime de inconfidência’ e o perigo das idéias de ‘moral inficionada dos Jesuítas’”. (ANDRADE, 1982, p. 422)

Ato contínuo, salienta Andrade que “D. José determinou que Pereira de Figueiredo saísse da Congregação em 3 de janeiro de 1769” (p. 430), para ocupar o cargo de oficial de línguas (tradutor), na Secretaria de Estado, sob a chancela indômita de Pombal. Para Andrade, ao abandonar o hábito religioso para ser investido em um cargo público administrativo, por conta de uma *raison d'état*, o Pe. Pereira passa a ser *Antônio Pereira de Figueiredo*, o que se tratava de mero pretexto que deixava transparecer uma intenção fulcral: integrar oficialmente ao poder um “teólogo-político que tanta falta fazia para fortalecer o regalismo num país católico” (p. 431).

Já em 1761, por ocasião do conflito diplomático entre a Santa Sé e Portugal procedera à defesa do governo contra a cúria romana. Em 1765, defendeu algumas teses a respeito da supremacia do poder real. *A Tentativa Teológica*, de 1765, livro traduzido para diversas línguas e, para Almeida, que “alterava a história e o direito canônico” (1970, p. 342), expõe suas teses episcopalistas: para ele os bispos são legítimos sucessores dos apóstolos, o que acaba por reduzir a longa tradição da autoridade pontifical. Algumas de suas obras foram condenadas pela Congregação do Índice, em Roma, como as teses *De suprema Regum* e a *Análise da Profissão de Fé de Pio IV*. Sua teologia positiva e exegética se aproxima de posições iluministas, no tocante à exposição das matérias e ao método de ensino. Para este *canonista ao serviço do governo*, como o encara Azevedo (2004), aos reis é lícito também exigir dos membros do clero o pagamento de impostos e tributos, já que, para ele, tais privilégios não provêm do poder divino.

Por tais iniciativas demolidoras, Pombal passou a considerá-lo com apreço. Por isso, Schaefer o saudou como “theologo tão esclarecido quão liberal e ousado” (1899, p. 192). Figueiredo corporificou um pilar para a inculcação das reformas em voga de consolidação do aparelho de estado, o que lhe valeu uma nomeação de deputado ordinário na RMC, instituída em 1768<sup>13</sup>, que passa a aglutinar os mecanismos remanescentes da censura. Figueiredo integrou também a junta responsável pela arrecadação do imposto denominado *Subsídio Literário* (que recaía sobre artigos de consumo, como vinho, aguardente e vinagre), estabelecido em 1772, para cobrir despesas do projeto pedagógico pombalino<sup>14</sup>. Para Schaffer (1899, p. 185), entretanto, não passou de um *tributo insignificante*: a cobertura era limitada e os salários pagos aos novos docentes, abaixo do padrão de outros cargos régios. Gonçalves salienta que, em todo *serviço*, Figueiredo pôs “uma vasta erudição, marcada pelas ‘luzes da razão’” (2006, p. 136). Por tudo isso, Almeida reitera que ele foi um dos *mais profusos colaboradores do Marquês* (1970, p. 342).

Com a deposição de Pombal do governo<sup>15</sup>, ainda se manteve por algum tempo fora do convívio dos néris. Em 1779, foi nomeado para a Academia das Ciências na qual foi responsável pela classe das *ciências morais e físicas*, mas também se notabilizou pelas comunicações apresentadas sobre história antiga e língua portuguesa. Só em 1785, Figueiredo, abatido por forte neurastenia (por diversos períodos de sua vida havia adoecido gravemente), retornou como hóspede para a Casa das Necessidades. Ao que parece, não se retratou de suas célebres

---

13 Em 5 de abril de 1768, seguindo a orientação de Carreira, no preâmbulo da lei que cria a RMC, “os jesuítas são acusados de todos os males” (1988, p. 52), mormente por influenciarem a Inquisição, o Ordinário e o Desembargo, órgãos máximos do sistema censorial que esta lei vem pôr termo. Tudo está previsto: “que nenhum mercador de livros, impressos, livreiro ou vendedor dos referidos livros, em papéis, ouse vender, imprimir e encadernar os sobreditos livros, ou papéis volantes por mínimos que sejam, sem aprovação e licença da sobredita Mesa” prevê o texto citado por Carreira (1988, p. 53). Em 18 de maio de 1768, foi estabelecido o regimento da Mesa, estampando 17 regras que especificavam os *motivos* pelos quais as publicações devem ser proibidas. A censura sofre um adensamento. Daí a constatação de Carreira: “é completamente impossível não cair sob a alçada de qualquer de uma destas alíneas. Veja-se esta frase, que se encontra na 16ª regra: ‘condenando todos os livros e obras que se fundarem sobre a simples autoridade das opiniões’, não só como favorecedores da ignorância, mas também como perniciosíssimos à Igreja e à Monarquia” (1988, p. 58) (grifos para destaque aqui).

14 Serrão menciona o *novo arranque, uma glória do governo josefino*, proporcionado por este apoio financeiro, tendo em vista a cobertura pedagógica efetuada: “num total de 837 postos de ensino, criaram-se 479 lugares de ‘mestres de ler, escrever e contar’, 236 de professores de Gramática Latina, 38 de Língua Grega, 49 de Retórica e 35 de Filosofia. Todas as cidades e vilas ficavam a dispor, pelo menos, de um mestre de primeiras letras” (1982, p. 257).

15 O sensível painel que Bessa-Luís traça a respeito da queda do regime é, a um só tempo, histórico e humano: “A queda dum grande homem é mais impressionante do que a sua ascensão. Nela se resolvem todos os prodígios do poder, o seu discurso, a sua misteriosa confabulação com o destino, os seus silêncios vegetais (...). Sebastião José cai no dia em que o Rei, envenenado com os unguentos, a língua inchada, a voz emudecida, deixa de poder chamá-lo ou deixa de o encarar como a vara do seu poder. Enigmático mesmo na morte, D. José conduz-se duma maneira estranha quando faz aquele célebre gesto que proíbe o Ministro de entrar no seu quarto. Não pode ser ingratidão e repúdio; é mais um pudor sombrio, porque o decreto da regência fora chancelado e ele já não é mais Rei” (1990, p. 217).

doutrinas acerca da supremacia do poder real ao nuncio, D. Bartolomeu Pocea<sup>16</sup>.

O teólogo, latinista, historiador, tradutor, professor, pedagogo, organista, compositor e ex-ocupante de estratégicos cargos administrativos, de infância pobre e humilde, solicitou ingresso na Congregação e nela é readmitido, em 1797, para vestir a roupeta dos Nérís, apenas dois dias antes de falecer, na pobreza, aos 72 anos. Conclui, em nota, Andrade sobre a epopéia deste homem-piano, com um rol de títulos e espírito reformista: “foi pasmoso o sucesso alcançado por Pereira de Figueiredo dentro e além-fronteiras” (1982, p. 431).

### A gramática e suas vicissitudes

Uma das diretrizes dos oratorianos foi editar compêndios para seu corpo discente. Em 1746, publicam o trabalho fundador, conforme Andrade, “o primeiro livro didático para o 2º grau do método a instalar na Casa de Nª Sª das Necessidades” (1982, p. 537). Trata-se do *Novo Methodo para Grammatica Latina*, do congregado Pe. Manuel Monteiro. Consagrado latinista, obteve qualificação para concluir a monumental obra do Pe. Antonio do Reis. Entretanto, Andrade salienta sobre a gramática do Pe. Monteiro: “não agradou mesmo aos de casa” (1982, p. 438). E mais adiante: “não foi bem acolhido o *Novo Methodo*, já porque logo no título se distinguia do velho, ou seja, da *Arte* do jesuíta Manuel Álvares, já porque o revisor deixara passar gralhas comprometedoras”. Vale lembrar a aceitação do texto alvarista em suas 320 edições. Por esta época, os jesuítas eram o *perpétuo inimigo que importava combater*, no dizer de Azevedo (2004, p. 294). A segunda parte saiu a lume em 1749, embora a licença seja de 1740 (é provável, pois, que tenha havido empecilhos para a publicação). Os dois tomos foram dedicados a D. João V, mecenas dos oratorianos nesta fase.

Em 1752, na mesma Casa das Necessidades, toma corpo o *Novo Methodo*<sup>17</sup>, do Pe. Antonio Pereira (o nome do autor de fato é omitido), a *artinha do padre Pereira*, como era por vezes conhecida a obra. Em prólogo hiper crítico e bem objetivado de 107 páginas, elenca mais de 150 erros na *Arte* do Pe. Manuel Álvares<sup>18</sup>, sempre um alvo predileto. Azevedo informa que, em

16 Uma retratação formal foi desmentida pelo sobrinho de A. Pereira de Figueiredo.

17 Segundo Cárdenas, na *Introducción* de Sanchez de las Brozas (1976), o Brocense partira também da premissa de que possui um *método nuevo*. Para Foucault, a *Grammaire* também “marque une transformation dans le savoir grammatical.(...) un nouvel espace épistémologique, un nouveau mode d’apparition des objets grammaticaux, un nouveau statut pour leur analyse, une nouvelle façon de former les concepts” (1969, p. xxvi). A intenção de separar o *velho* do *novo* está, pois, bastante difundida nos discursos.

18 A gramática de Álvares (1ª ed. 1572) enquadra de forma peculiar a língua do saber: decorava-se o latim. Aprender significava operar mentalmente com o retido na memória. Gouveia também salienta que “a *Arte* de Álvares (...) vinha cobrindo (...), todo o mapa português e europeu (...). O Estado procurou impor as suas razões, mas as edições clandestinas da *Arte* quinhentista continuaram a circular” (1993, p. 437). Já Bessa-Luís suscitara a respeito de uma primeira atividade gramatical portuguesa: “a falta de contacto com a cultura europeia acabou por produzir um estilo de letrado apenas obstinado na máquina gramatical e sem qualquer agilidade de pensamento” (1990, p. 166).

1765, o contato/comércio com a obra alvarista era severamente punido: “trinta dias de cadeia e multa pecuniária [aos] mercadores culpados de empeçonharem a mocidade com as regras do padre Álvares” (2004, p. 349). Para Bessa-Luís algo é indispensável: “não ter contemplações com os jesuítas” (1990, p. 179). O volume dedicado à sintaxe aparece no ano seguinte. Andrade (1982) frisa que a primeira parte ensejou pesada oposição, ainda em 1752, em obra anônima<sup>19</sup> que deixou bem claro o tom jocoso da crítica na folha de rosto:

*Novo Methodo ou Arte das Necessidades*. Offerecida aos que cursam nas Escolas das mesmas, pelos curiosos da grammatica mais corrente. Obra necessaria e proveitosa que athegora se não tirou a limpo. Expedida na Officina secreta do Cano Real. Na Travessa dos Agachados, junto ao Beco dos Espremidos. Achar se há na Rua atrás dos Aljabebees, ao pé do muro. Sevilha, 1752. 8 páginas<sup>20</sup>. (ANDRADE, 1982, p. 541)

Também com fictício lugar de edição, publica-se outro folheto, *Mercurio Grammatical*, com autor escondido no pseudônimo Philiarco Pherepono<sup>21</sup>, Augusta, 1753, contra o qual reagiu o oratoriano Pereira: “mostraremos a sem razão, as calúrnias, as falsidades que contra o *Novo Methodo* se publicarão ha pouco”<sup>22</sup>. Andrade (1982, p. 542) menciona *outras verrinas* que à época se publicaram, com o escopo de desconstruir a obra de Pereira, como o *Anti-Prologo Critico e Apologetico* (...), por Manoel Mendes Moniz, Lisboa, 1753. Pe. Antônio Pereira, sob a forma de um pseudônimo, Francisco Sanches, em resposta metódica, contra-argumenta no folheto *Defensa do Novo Methodo da Grammatica Latina contra o Anti-Prologo Critico*, Lisboa, 1754. Sem data e também escondido por pseudônimo, Francisco Urbano do Amaral, inscreve-se na crescente polêmica a favor do método alvarístico a *Defensa Apologetica da famosa e nunca assás louvada Arte Latina do grande padre Manoel Alvares* (...), 1753. De um crítico que não ocultou a identidade, o *mestre de gramática* José Caetano, em 1754, surgiu um *Juízo Grammatical* ...

A propósito do exasperado debate deflagrado pelo *Novo Methodo* do Pe. Pereira, Andrade acrescenta: “em pugna tão apaixonada e violenta não faltou quem, logo de início, procurasse enveredar por senda conciliadora, com o opúsculo *Acordo Engenhoso* (...), Lisboa, 1752, cujo autor, Amaro de Reboredo, revelou-se um oportuníssimo pseudônimo” (1982, p. 543). Sobre o calor da celeuma, Andrade (1982, p. 544) reflete:

19 Teria sido um jesuíta de Braga.

20 Uma primeira contenda entre gramáticos latinos em Portugal é lembrada por Rosa (2006a): “a obra de Pastrana [*Compendium grammaticae*] e de seus seguidores conheceria um crítico acerbo ainda no século XVI, Estevão Cavaleiro (...) autor da *Noua grammicae Marie Matris Dei Virginis ars* (...1515). Inimigo pessoal de Rombo [professor de gramática da Universidade de Lisboa e comentador de Pastrana], Cavaleiro e sua gramática seriam expulsos da Universidade de Lisboa, e a briga entre ambos tornar-se-ia um caso policial”.

21 Atente-se com Andrade que “na Casa de N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> das Necessidades se atribuía a autoria, sem dúvidas, ao jesuíta Paulo Amaral” (1982, p. 542).

22 Citação de Andrade (1982, p. 542).

o modo como o novo método se apresentou em público foi, porventura, o factor mais poderoso que desencadeou a tempestade. Contestações a variados pontos de Álvares já haviam aparecido antes (...). O afã de ostentar erudição e tomar posição certa em divergências que havia muito lavraram entre os mais notáveis gramáticos, é que exacerbou os antagonistas de Pereira, que já andavam, alguns deles, envolvidos na polêmica do Verdadeiro Método de Estudar<sup>23</sup>. (ANDRADE, 1982, 544)

Assim, segundo Andrade, ainda que eivado de muitos atropelos, “outro caminho ficou aberto no ensino do latim que, se não surgiu então pela primeira vez, era agora aceite em muitas escolas” (1982, p. 546). Em 1754, apareceu a segunda edição do *Novo Methodo*, em um único volume, como nas seguintes; a 3ª, sem a refutação ao referido *Mercurio Grammatical*, em 1756, estampa pela primeira vez o nome do autor, *Pe. António Pereira*. A sétima edição, de 1779, vinte anos após a expulsão dos jesuítas, e aparentemente com a situação mais pacificada, aboliu o longo excurso crítico da primeira parte, “por se encontrar ‘já tão introduzido e aceito nas escolas o *Novo Methodo*’ que havia cessado as causas da sua oportunidade, não servindo mais, a partir deste momento, que para aumentar o volume e torná-lo mais dispendioso ao público”, na dicção abalizada de Andrade (1982, p. 546).

De fato, o *Novo Methodo*, a despeito da tentativa de *emendar o que fosse incorreto e simplificar a matéria*, para Inocêncio Silva, foi “tido por impróprio para o ensino e vicioso por sua redundância e por ser *carregado de notas* (grifado aqui), posto que eruditíssimas, fora do alcance dos estudantes<sup>24</sup>, e podendo só servir a pessoas mais adiantadas”<sup>25</sup>.

Isto não deve ter escapado ao Pe. Pereira, um hábil pedagogo da teorização gramatical. Por conveniência, foi publicado o *Novo Methodo* (...) reduzido a compêndio (1758), com a indicação para *uso nas escolas*, na edição de 1759, por decreto oficial (as outras obras recomendadas no texto da lei eram os *Exercícios* (...), o *Novo Methodo* (...) e a *Coleção de palavras familiares* (...), todas do Pe. Pereira, e a *Grammatica*, de Félix Mendes). O Pe. Pereira, com efeito, se insere na esfera do poder como autor e pedagogo; sua faceta de ideólogo-teólogo-político também logo será requisitada.

### **O *Novo Methodo* e a *Arte* em confronto**

A modo de questionamento para estudos comparativistas mais abalizados sobre uma possível identidade autoral, com argumentos mais lúcidos e ponderações menos fixas, ensaia-se

23 Verney, também anonimamente, lançara em Barcelona, 1758, uma *Gramática Latina*. Com a expulsão dos jesuítas e a reforma dos estudos menores, esta obra foi preterida por outras adotadas oficialmente, as do Pe. Pereira e a de Antônio Félix Mendes, outro oratoriano (a que Lobato se refere como seu *mestre* de gramática na *Introdução da Arte*).

24 A experiência pedagógica do Pe. Pereira suscitara: “em 9 ou 19 meses pode qualquer estudante hábil e curioso fazer-se senhor dele e entrar logo a traduzir os autores latinos”, como cita-o Andrade (1982, p. 546).

25 Em citação de Andrade (1982, p. 546).

aqui uma breve confrontação entre as duas gramáticas, para mapear as linhas de força das codificações linguísticas internas. Não se trata, por isso, de uma confrontação de méritos, apenas uma singela acareação cônica da falta de completude, a fim de inspecionar até que ponto os autores podem ser posicionados em quadros de saber distintos ou não. Os excertos são transcritos literalmente. Os números correspondem às páginas das edições utilizadas.

### Definições e conceitos em confronto

<i>Novo Methodo</i>	<i>Arte da Grammatica</i>
<p>A Grammatica Latina é uma Arte, ou Collecção de regras, e preceitos, que ensinão a fazer com acerto, e livre de erros a Oração Latina. v</p> <p>(...) se chamão vogaes, ou vocaes, (...): porque cada uma por si pode fazer som perfeito. v</p> <p>(...) Ditongos resultão de duas vogaes diversas. vii</p> <p>As Vozes de que como partes, póde constar a Oração Latina, se reduzem commumente a oito: a saber, Nome, Pronome, Participio, Verbo, Preposição, Adverbio, Conjuncção, Interjeição. viii</p> <p>O Nome é uma voz, com que arbitrariamente se nomeão as cousas, suas qualidades, ou attributos. 9</p> <p>O Nome ou é substantivo, ou Adjectivo. 9</p> <p>Substantivo é aquelle, que por si só, isto é, sem adjectivo, póde estar na Oração. 9</p>	<p>A Grammatica Portugueza he a Arte, que ensina a fazer sem erros a oração Portugueza. 1</p> <p>(...) somente a vogal por si pode fazer hum som perfeito. 3</p> <p>E este concurso de duas vogaes diversas dentro da mesma syllaba se chama ditongo. 3</p> <p>Na Lingua Portuguesa há nove especies de palavras, de como partes póde constar a oração Portugueza; a saber Artigo, Nome, Pronome, Verbo, Participio, Proposição [sic], Adverbio, Conjuncção, Interjeição- 7</p> <p>Nome he huma voz com que se nomeão as cousas, e suas qualidades (...). 9</p> <p>O Nome ou he Substantivo, ou Adjectivo. 9</p> <p>Substantivo he aquelle, que por si só, isto he, sem dependencia do adjectivo, significa completamente uma cousa. 10</p>
<p>Adjectivo é aquelle que para estar na Oração depende de algum substantivo claro, ou occulto, com quem concorde, e faça sentido completo. 9</p> <p>O nome substantivo ou é proprio, ou apelativo. 10</p> <p>Proprio é aquelle, que compete a uma só cousa, ou pessoa. 10</p> <p>Apelativo é aquelle, que compete, e é comum a muitas cousas ou pessoas. 10</p>	<p>O Nome Adjectivo he aquelle, que significa a qualidade da cousa que significa o Nome Substantivo; pelo que delle depende para fazer sentido completo. 11</p> <p>O Nome Substantivo ou he proprio, ou Appelativo. 10</p> <p>Substantivo Proprio he aquelle, que significa huma cousa, ou pessoa certa. 10</p> <p>Substantivo Appelativo, ou Commum he aquelle, que significa huma cousa, ou pessoa incerta. 11</p>

<p>Adjectivo é aquelle que para estar na Oração depende de algum substantivo claro, ou occulto, com quem concorde, e faça sentido completo. 9</p> <p>O nome substantivo ou é proprio, ou appellativo. 10</p> <p>Proprio é aquelle, que compete a uma só cousa, ou pessoa. 10</p> <p>Appellativo é aquelle, que compete, e é comum a muitas cousas ou pessoas. 10</p> <p>Nome partitivo é aquelle, que significa a cousa, como parte de alguma multidão. 10</p> <p>Numeral é aquelle, que significa numero. 10</p> <p>Patrio é aquelle, que significa, e mostra a patria, donde alguém é natural. 10</p> <p>Gentilico é aquelle, que mostra a gente, ou nação de cada um. 10</p> <p>Positivo (...) é aquelle, que significa a sua fórma absoluta e simplesmente: assim como Sapiens, sabio. 10</p> <p>O Pronome é uma voz de significação arbitraria, que na Oração se põe em lugar do Nome. 10</p>	<p>O Nome Adjectivo he aquelle, que significa a qualidade da cousa que significa o Nome Substantivo; pelo que delle depende para fazer sentido completo. 11</p> <p>O Nome Substantivo ou he proprio, ou Appellativo. 10</p> <p>Substantivo Proprio he aquelle, que significa huma cousa, ou pessoa certa. 10</p> <p>Substantivo Appellativo, ou Commum he aquelle, que significa huma cousa, ou pessoa incerta. 11</p> <p>Nome Adjectivo partitivo he aquelle, que significa a cousa, como parte de alguma multidão. 30</p> <p>Adjectivo numeral he aquelle, que significa numero. 30</p> <p>Adjectivo patrio he aquelle, que significa a patria, donde alguém he natural.30</p> <p>Adjectivo gentilicio he aquelle, que significa, e mostra a gente, ou nação, de que alguém procede. 30</p> <p>Adjectivo positivo he aquelle que significa a qualidade de alguma cousa absoluta, e simplesmente, assim como bom, máo. 30-1</p> <p>Pronome he aquelle, que na oração se põe em lugar de nome. 32</p>
<p>Pronomes Primitivos chamão áquelles, que se não derivão de outros (...). Derivados chamão áquelles, que derivão dos primitivos. 11</p> <p>Pronomes demonstrativos chamão áquelles, que mostram, e indicão a pessoa, ou cousa: assim como Ego, eu; Tu, tu; Hic, Iste, este.. 11</p> <p>Possessivos áquelles, que mostram qual seja o possuidor, ou senhor de alguma cousa. 11</p> <p>São do genero masculino os nomes, que sómente significão macho; ou seja proprios de homens (...). São do genero feminino os nomes, que sómente significão femea; ou sejam proprios de mulheres. 11</p>	<p>Entre este chamão-se primitivos aqueles, que se não derivão de outros; e derivados aquelles, que se derivão dos primitivos. 33</p> <p>Pronome Demonstrativo he aquelle, que serve para mostrar a pessoa, ou alguma cousa, como (...) Eu escrevo a Grammatica Portugueza. Onde a palavra Eu he Pronome Demonstrativo por mostrar a pessoa. 34</p> <p>Pronome Possessivo he aquelle que exprime qual seja o senhor, ou possuidor de alguma cousa. 40</p> <p>Do genero masculino são os nomes que significão cousa macha, ou sejam proprios de homem (...). Do genero feminino são os nomes, que significão cousa femea, ou sejam proprios de mulher. 50</p>

O Verbo é uma voz, que arbitrariamente significa com tempo a sua fôrma. 62	Verbo he huma palavra, que na oração affirma alguma coisa. 55
O Verbo Activo tem este nome da acção que significa. 62	Verbo activo (...) desta acção, que significa, he que toma o nome. 56
O Verbo Passivo recebe este nome da paixão (...) 62	Verbo passivo (...) he aquelle, que affirma paixão (...). E desta paixão, que significa, toma o nome. 56
Preposição é uma voz indeclinavel, que ordinariamente se põe antes do nome, verbo e outras partes da oração- 164	Preposição he huma voz indeclinavel, que por si só não tem significação completa.; mas posta na oração antes do nome, rege a este para estar no caso que ella pede. 151
O Adverbio é uma voz indeclinavel de significação arbitraria, que junta ao verbo ou nome exprime o modo ou circumstancia da significação. 166	Adverbio he huma voz indeclinavel que por si só não significa nada completamente, mas junta na oração a outra palavra, lhe declara o modo da sua significação. 153
A Conjunção é uma voz indeclinavel de significação arbitraria, que serve de atar, e ajuntar uma palavra ou oração com outra. 166	Conjunção he huma voz indeclinavel, que por si só não tem significação completa; mas posta no discurso, serve de ajuntar os membros, ou parte delle. 155
A Interjeição é uma voz indeclinavel, que sem ajuda de verbo exprime por si completamente os varios affectos, e paixões do nosso animo. 166-7	Interjeição he huma voz indeclinavel, que serve para exprimir as varias paixões da nossa alma. 156
Syntaxe (...) uma construcção recta ou composição bem ordenada das partes da Oração entre si. 193	Syntaxe (...) he a recta composição das partes da oração entre si. 172
Esta Syntaxe ou é de concordancia ou de Regencia. 193	A Syntaxe simples ou he de concordancia, ou de regencia. 173
Syntaxe de Concordancia é quando duas partes da Oração concordão, e convém uma outra no mesmo predicado.193	Syntaxe de concordancia, he a união de duas, ou mais partes da oração, que sendo da mesma, ou diversa especie, convém em alguma cousa. 173
Syntaxe de Regencia é quando uma parte da Oração, por força do seu modo de significar, determina outra, para que se ponha neste ou naquelle caso. 193	Syntaxe de regencia he, quando certas partes da oração por força do seu modo de significar regem o nome, e o determinão, para que se ponha neste, ou naquelle caso.173

## Estruturas face-a-face

<p>Prólogo crítico de 107 p. (suprimido na edição consultada)</p> <p>Introdução</p> <p>Definição de gramática</p> <p>Letras do alfabeto</p> <p>Sílabas</p> <p>Das vozes de que pode constar a oração latina: nome, pronome, particípio, verbo, preposição, advérbio, conjunção, interjeição (“De todas estas iremos tratando por sua ordem em seis livros”. p.viii).</p> <p>Parte I</p> <p>Livro I</p> <p>Do nome, pronome, particípio, suas diferenças e declinações</p> <p>Capítulo I</p> <p>Da natureza e diferenças do nome, pronome e particípio</p> <p>§ I</p> <p>Do nome</p> <p>§ II</p> <p>Do pronome</p> <p>§ III</p> <p>Do particípio</p> <p>Capítulo II</p> <p>Da primeira e segunda declinação latina (...)</p> <p>§ I</p> <p>Da primeira declinação latina</p> <p>.</p> <p>Capítulo V</p> <p>Da declinação dos nomes adjetivos</p>	<p>Alvará de D. José. Oferecimento da <i>Arte</i> a Sebastião José.</p> <p>Introdução crítica de 32 p.</p> <p>Proêmio</p> <p>Definição de gramática</p> <p>Letras do alfabeto</p> <p>Espécies de palavras da língua portuguesa: artigo, nome, pronome, verbo, particípio, preposição, advérbio, conjunção, interjeição (“De todas trataremos por sua ordem”. p.7).</p> <p>Parte I</p> <p>Livro I</p> <p>Do artigo, nome, pronome, suas diferenças e declinações</p> <p>Lição I</p> <p>Da natureza do artigo e do nome e suas diferenças</p> <p>§ I</p> <p>Do artigo</p> <p>§ II</p> <p>Do nome e suas diferenças</p> <p>Lição II</p> <p>Da declinação dos artigos</p> <p>Lição III</p> <p>Da declinação dos nomes substantivos</p> <p>§ I</p> <p>Da primeira declinação dos nomes substantivos</p> <p>Lição IV</p> <p>De algumas espécies de nome adjetivo</p>
---	--

<p>Capítulo VI</p> <p>Da declinação dos que chamam pronomes interrogativos, relativos e seus compostos</p> <p>Livro II</p> <p>Do gênero dos nomes</p> <p>Capítulo I</p> <p>Do gênero dos nomes conhecidos pela significação</p> <p>Capítulo II</p> <p>Do gênero dos nomes conhecido pela terminação</p> <p>Capítulo III</p> <p>Do gênero dos nomes substantivos e indeclináveis e dos vice-substantivos</p> <p>Capítulo IV</p> <p>Dos nomes de gênero incerto</p> <p>Livro III</p> <p>Do verbo, suas diferenças e conjugações (101p. sobre verbos)</p> <p>Capítulo I</p> <p>Da natureza do verbo, suas divisões e conjugações</p> <p>...</p> <p>Capítulo VI</p> <p>Das quatro conjugações regulares</p> <p>..</p> <p>Livro V</p> <p>Da preposição, advérbio, conjunção e interjeição</p> <p>Capítulo I</p> <p>Da preposição</p>	<p>Lição V</p> <p>Da natureza e diferenças do pronome</p> <p>Lição VI</p> <p>Da declinação dos pronomes demonstrativos</p> <p>Lição XI</p> <p>Da formação do número plural dos nomes</p> <p>Livro II</p> <p>Do gênero dos nomes substantivos</p> <p>Lição I</p> <p>Das regras para se conhecer o gênero dos nomes substantivos pela significação</p>
---	--

<p>Capítulo II Do advérbio Capítulo III Da conjunção Capítulo IV Da interjeição Livro VI Da quantidade das sílabas .. Parte II Da sintaxe Prólogo crítico (novamente critica Álvares e enaltece Sanchez, Scioppio, Perizônio, Vossio e Lancelot) Livro I Da sintaxe de concordância . Livro II Da sintaxe de regência . .</p> <p>Notas ao <i>Novo Methodo</i> (não há notas de pé de página): a mancha gráfica das notas vai da p.229 a p.310.</p>	<p>Lição II Do advérbio Lição III Da conjunção Lição IV Da interjeição Livro VI Da prosódia .. Parte II Da sintaxe Proêmio  Livro I Da sintaxe de concordância .. Livro II Da sintaxe de regência Livro II [sic] Da sintaxe figurada</p> <p>(Na <i>Minerva e na Gramática de Port-Royal as figuras</i> também ocupam o último capítulo) Na <i>Arte</i>, a predileção pelas notas também é visível. Por vezes, as notas superam a mancha gráfica do texto principal. Texto em latim de Antônio Félix Mendes, laudatório à <i>Arte</i> de Lobato (na introdução afirmara que Mendes teria sido seu <i>mestre</i>)</p>
--	---

### Tentativa de conclusão

A *Arte* constitui texto canônico da abordagem gramatical portuguesa da segunda metade do século XVIII à primeira metade do século XIX. Daí a ressalva de Silva: “ha sido reimpressa repetidas vezes; e attenta a vulgaridade da obra pareceu-me que podia ser inconveniente omitir aqui a enumeração d’essas reimpressões, que são assás conhecidas e andam nas mãos de todos” (1924, p. 175). Para Vasconcellos (1929), a *Arte* se insere em uma etapa da filologia preocupada com a semelhança entre a gramática latina e a portuguesa, com a disciplina gramatical, o estabelecimento da norma e com o sentimento patriótico da língua.

Apresenta-se como o instrumento pedagógico (para se falar sem erros e aprender os princípios da língua), quando se dá a imposição de um sistema de ensino de âmbito nacional, inserindo a educação no domínio público. Como corolário, ministrar-se a língua portuguesa se torna obrigatório, para atender os novos desafios da época (e só por este escopo, para discordar de Fávero (1996), seria a *Arte*, no mínimo *inovadora*). Conforme Vasconcellos, porém, acresce que “Lobato avanta-se em parte aos autores precedentes, pelo desenvolvimento que deu à morfologia; ele utilizou aos gramáticos seus sucessores, e serviu nas aulas até tarde” (1929, p. 867). Note-se que a morfologia, no *Novo Methodo*, é também avantajada...

A primeira gramática portuguesa aprovada oficialmente e sacralizada em alvará do Rei, que deveria ser cumprido *com inviolável observância*, para saber a língua *por princípios, e não por méro instinto, e habito*, previamente, nas classes de latim, entretanto, suscita um problema de autoria. Lobato se afigura como um ilustre desconhecido, sem alusão em obras de referência. Apenas Silva (1924) coligiu dados (?) pouco fiáveis sobre o autor da *Arte*.

O manuseio de uma gramática latina, o *Novo Methodo*, do Pe. António Pereira, em parrelha com a *Arte*, ensejou uma desconfiança e aventou uma hipótese: Lobato seria, de fato, pseudônimo do Pe. Pereira. Os excertos assemelhados ou idênticos das definições constantes das gramáticas e as estruturas das obras face-a-face parecem robustecer tal proposta. Vieira desconfia das *semelhanças*, embora não associe os atores: “a divisão das classes de palavras [na *Arte...*], é cópia fiel da tradição greco-latina representada (...): afasta-se, assim, da concepção racionalista, que reduzia as partes do discurso a três: nome, verbo e dicção” (2018, p. 132), tripartição só revalorizada por Soares Barbosa, em sua *Grammatica*. Para Gonçalves, “a influência do pensamento iluminista entre os autores portugueses se manifesta tardiamente, já que ela se torna evidente sobretudo no século XIX” (1997, p. 55).

Outros argumentos poderiam ser aduzidos:

a) Para a *Arte* ser impressa e tornada objeto de um programa pedagógico-didático oficial, necessitaria de uma licença da RMC. O Pe. Pereira, sendo deputado ordinário da dita Mesa, desde sua fundação em 1768, autorizaria, com seus pares, uma obra modelada sobejamente pelo *Novo Methodo*<sup>26</sup>? Por quê?

---

26 Carreira assevera: “com a chegada ao poder censorial dos homens (...), de inteira confiança do primeiro-ministro e decerto partidários do seu ‘despotismo iluminado’, podemos dizer que a longa noite iniciada nos alvares do século XVI se escurece ainda mais. Com efeito, todos os membros da Mesa (...) vão demonstrar um espírito altamente reacionário” (1988, p. 61). E com o Alvará de 18 de maio de 1768, que estabeleceu o regimento da RMC, dois modos de exame de livros e papéis foram instituídos, segundo Carreira: o exame simples e o formal. A *Arte* estaria sujeita ao segundo, destinado a “obras de maior consequência”. Esta forma de exame fazia-se impreterivelmente em toda e qualquer espécie de livros, e obras literárias (...); ou venham por apresentação voluntária das partes interessadas para o fim de se lhe facultar a impressão, reimpressão ou venda pública; ou venha por ordem da Mesa (...). Este princípio foi textualmente seguido” (1988, p. 57). Como a *Arte* poderia ter escapado desta inexorável *malha fina*?

b) A prática do pseudônimo foi largamente difundida no século XVIII. O Pe. Pereira se utilizou de alguns: *Francisco Sanches* e *André Lúcio de Resende*, por exemplo. Outras obras comprovadamente de Pereira não trazem a autoria expressa;

c) O Pe. Pereira era, também, autoridade em língua portuguesa, tendo publicado diversos trabalhos a respeito<sup>27</sup>. Gonçalves aduz a respeito: fora de sua produção “não parece ter ficado praticamente nenhum domínio da efervescente reflexão linguística de setecentos, dado que até a língua materna foi objecto de atenção do autor” (2006, p. 139);

d) O recrudescimento da polêmica engendrada pela publicação do *Novo Methodo* poderia tomar novas proporções e (re)criar problemas de consciência, ensejando, nos termos de Cidade, “sátiras da parte dos *alvaristas*, onde a verrina chegou a sujar-se de bem estranha procacidade...” (1948, p. 134), se Pereira se apresentasse como o legítimo autor da *Arte*<sup>28</sup>. No âmbito das obras aparecidas para operacionalizar as reformas dos estudos menores, sem, contudo, acrescentar fermento ideológico a uma época de transformações conjunturais, a de *Lobato* logrou alcançar um papel de relevo. Ora, a atribuição de uma autoria a Pereira também poderia emperrar o processo político em voga. E como a educação é sempre uma atitude política, em boa hora houve um subterfúgio, uma estratégia de esquiva, para prevenir eventuais inquietações e perseguições, ciclos incontáveis de *réplicas e trélicas*. Daí também a polidez com os eventuais críticos na *Introdução: os doutíssimos censores*. Não havia, pois, *intento de fazer huma crise*. Para Gonçalves, a não indicação de autoria poderia demonstrar “até que ponto a renovação do ensino era assumida como empresa colectiva” (2006, p. 136);

e) Como um “Cavalleiro da Ordem de Christo, Bacharel (provavelmente na faculdade de Leis) pela Univ. de Coimbra”, de acordo com Silva (1924, p. 175), sem publicações sobre o tema<sup>29</sup>, poderia ser alçado repentinamente à voz do regime, por si só centralizador e pouco permeável a interferências, quanto ao ensino do vernáculo e criticar, de forma tão exacerbada, autorizada e erudita, seus antecessores na *Introdução da Arte* sem que tivesse uma convivência íntima com o poder – com a RMC, com o Rei e seu ministro – e requisitos notórios para isto?

f) Dadas as relações estreitas entre D. José I, o Marquês e o Pe. Pereira, na defesa do

27 Por exemplo: *Exercícios de língua latina e portuguesa, Coleção de palavras familiares, assim portuguesas como latinas, Dissertação prévia sobre o merecimento de João de Barros... e idiotismos da língua portuguesa e Espírito da língua e eloquência portuguesa*. Os autores europeus, recorrentemente citados, e tantos outros estariam, por certo, disponíveis na biblioteca de mais de 24.000 volumes da Congregação.

28 Será por isto, para iludir os críticos de plantão, que a *Introdução da Arte* se refere ao Pe. Pereira (“célebre Filosofo da nossa idade, bem conhecido entre os eruditos pela sua vasta erudição”, p. xxxi) e ao latinista Antônio Félix Mendes (“meu mestre”, “sujeito de huma rara erudição nas humanas letras”, p. xii)?

29 Silva (1924, p. 175) menciona apenas um outro trabalho de Lobato, cujo título adulatorio é sugestivo: *Elogio ao Ilmo e Exmo Sr. Sebastião José de Carvalho e Mello...*, de 1773, um opúsculo de 16 páginas.

regalismo e em outras questões de monta para o estado, como esta seção do trabalho procurou evidenciar, o pseudônimo seria um elemento facilitador para o jogo do poder, uma conveniência e um prêmio para coroar o trabalho do autor;

g) Atribui-se à *Arte* uma influência logicista da chamada gramática geral. Como já esboçado por outros estudiosos, a *Arte* reivindica uma vinculação com consagrados autores europeus (Vossius, Perizonius, Sánchez...) e com o método port-royaliano, perfilando seu ideário (cf. a idéia de uma *gramática geral*<sup>30</sup>, de que os princípios que governam as línguas são os mesmos, tão ao gosto dos gerativistas pós *Linguística Cartesiana*, de Chomsky), mas se apresenta explicitamente arraigada a um modelo gramatical latino tradicional (cf. o tratamento das declinações dos nomes, artigos,... e o papel que atribui à sintaxe – “em quanto á substancia, [a portuguesa] he a mesma que a latina” p. xxxi – , em particular à elipse<sup>31</sup>). Por força deste balizamento paradoxal, Gonçalves salienta o enquadramento da *Arte*: “a gramática de Lobato continua presa ao modelo latino da flexão em declinações e casos, pelo que as renovações não são verdadeiramente estruturais, mas pontuais” (1997, p. 45). Citada por Vieira, a mesma autora observa que a *Arte*... “denota uma evidente desproporção entre as ideias expendidas (...) e a mitigada renovação operada na estrutura gramatical, presa ainda à tradição latina” (2018, p. 132), valorizando, por exemplo, a memorização de regras. Resta a impressão de que um latinista redigiu a *Arte*;

h) No prólogo adulatorio<sup>32</sup> da *Arte*, o Pe. Pereira, sugere-se, ao mesmo tempo, teria retribuído a longa acolhida de Pombal, como assegurava a publicação da *Arte*, *debaixo da sábia e respeitável proteção*<sup>33</sup>, sob um esquema de mecenato<sup>34</sup>. Imbuídos de um mesmo ideal, o homenageado e o regime pagaram a conta pela impressão e publicação da obra, já que isto interessava ao poder. Bessa-Luís indaga sobre o Marquês: “... onde estava Sebastião José? Em toda parte” (1990, p. 97).

Em nenhum momento, no entanto, pretendeu-se esgotar a questão. Ensaaiando-se um breve cotejo entre duas gramáticas, foram sugeridas pesquisas ulteriores, incluindo uma consulta pormenorizada e transversal a obras metalinguísticas e de referência. Se não se está inteiramente persuadido aqui de uma identidade autoral, pelo menos se duvida de uma coexistência de

30 Segundo Foucault (1969, p. xxvii), “générale puisqu’ on aura dégage l’espace dans lequel d’autres grammaires sont également possibles”.

31 Cárdenas, na *Introducción a Sanchez de las Brozas* (1976), informa que o Brocense também recorre sobremaneira à teoria da elipse, “muy criticada posteriormente” (p. 23).

32 A propósito, Bessa-Luís suscita: “o adulator é um tipo especial de parasita, não completamente desprezível para o príncipe; ele cria a confiança absurda que é necessária à esperança de vida das grandes e pequenas gentes” (1990, p. 255).

33 Bessa-Luís vê com desconfiança a propalada qualificação de Pombal: “a erudição de Sebastião José é tão duvidosa como a sua prudência; mas tinha com certeza o talento desdenhoso que faz dos poucos conhecimentos grandes maneiras e a fábula deles” (1990, p. 172).

34 A respeito da questão, note-se que, no tempo, estava em voga o Mecenatismo e, por isso, quase toda obra é sempre precedida de dedicatórias encomiásticas.

autores. Como as retroversões claudicam, esse é um tema que tem de ser refinado e, por isso, comunga-se daquele convite de Rosa (2006b), pertinente também para este caso: despende ainda muito tempo de biblioteca, ainda que este já não seja o tempo de um *gentil-homem* que se podia orgulhar de ler tudo, como, no século XV, fazia-o o *príncipe dos eruditos*, Pico della Mirandola.

## Referências

ALMEIDA, F. de. *História de Portugal*. Coimbra: Edição do autor, 1922-26. 4 v.

\_\_\_\_\_. *História da igreja em Portugal*. Lisboa: Livraria Civilização, 1970. v. III.

ANDRADE, A.A.B. de. *Contributos para a história da mentalidade pedagógica portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1982.

\_\_\_\_\_. Congregação do Oratório. In.: *Verbo: enciclopédia luso-brasileira de cultura*. Lisboa: Verbo, 1970. p.689-693.

ARNAULD, A.; LANCELOT, C. *Gramática de Port-Royal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ASSUNÇÃO, C. C. As edições da *Arte da Grammatica da Lingua portugueza* de Antônio José dos Reis Lobato. In.: *Confluência*, n. 15, p. 68-84, 1998.

AZEVEDO, J.L. *O Marquês de Pombal e a sua época*. São Paulo: Alameda, 2004.

AZEVEDO, J.D. *Portugal & Brasil: dos afonsinos aos braganças*. Brasília: Senado Federal, 2008.

BESSA-LUÍS, A. *Sebastião José*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

CALLOU, D. O ensino de língua portuguesa e a norma padrão. In.: VIEIRA, S. e BRANDÃO, S. (orgs.). *Morfossintaxe e ensino do português: reflexões e propostas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004. p.11-26.

CAMBI, F. O século XVIII: laicização educativa e racionalismo pedagógico. In: \_\_\_\_\_. *História da pedagogia*. São Paulo: UNESP, 1999. p.323-374.

CARDOSO, S. *Historiografia gramatical (1500-1920)*. Porto: Faculdade de Letras, 1994.

CARREIRA, L. *O teatro e a censura em Portugal na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1988.

CARVALHO, M.P.; SARMIENTO, -. As reformas borbônicas e josefinas e a expulsão dos

jesuítas na Ibéria setecentista. In: AMANTINO, M. *et alii* (orgs.). *A companhia de Jesus na América por seus colégios e fazendas*. Rio de Janeiro: Garamond, 2015. p.183-216.

CASTRO, A. P. de. *Retórica e teorização literária em Portugal*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1973. Tese (Doutorado em Literatura Portuguesa) do Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1973.

CAVALCANTI, N. *O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

CIDADE, H. *Lições de cultura e literatura portuguesas*. Coimbra: Coimbra Editora, 1948. v. 2.

COLOMBAT, B.; FOURNIER, J. M.; PUECH, C. *Uma história das ideias linguísticas*. São Paulo: Contexto, 2017.

CORDEIRO, T. *A grande aventura dos jesuítas no Brasil*. São Paulo: Planeta, 2016.

COSTA, M.J. *A Grammatica Portuguêsa* de Ribeiro de Vasconcelloz. In: HEAD, B.F. *et alii* (orgs.). *História da língua e história da gramática*. Braga: Universidade do Minho, 2003. p. 83-92.

*Dicionário ilustrado da história de Portugal*. Estella, Alfa, 1985-6. 2 v.

*Enciclopedia universal ilustrada europeo-americana*. Barcelona: Espasa, s/d.

DIDEROT, D.; ALEMBERT J. R. *Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*. New York/Paris: Pergamon Press, 1969. 5v. (Compact edition).

ERFURT, T. *Gramática especulativa*. Buenos Aires: Losada, 1947.

FÁVERO, L.L. Sentido e gramáticas do século XVIII. In: *Língua e Literatura*, v. 19, n. 21. p.109-130, 1995.

\_\_\_\_\_. *As concepções linguísticas no século XVIII: a gramática portuguesa*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

\_\_\_\_\_. *As concepções linguísticas nos séculos XVIII e XIX: a gramática no Brasil e em Portugal*. In: ENGLEBERT, A. *et alii* (orgs.). *Actes du XXIIe congrès de linguistique et de philologie romanes*. Tübingen: Max Niemeyer, 2000. p.61-66.

\_\_\_\_\_. *Gramática é a Arte...* In: Orlandi, E.P. (org.). *História das ideias linguísticas*. Campinas: Pontes; Cáceres: Unemat, 2001. p.59-70.

FÁVERO, L.L.; MOLINA, M. A. G. *As concepções linguísticas no século XIX: a gramática no Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

FONSECA, M. C. *Historiografia linguística portuguesa e missionária: preposições e posposições do século XVI*. Lisboa: Colibri, 2006.

FOUCAULT, M. Introduction. In.: *Grammaire générale et raisonnée*. Paris: Republications Paulet, 1969. p. i-xxviii.

\_\_\_\_\_. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

FREIRE, F.J. (Cândido Lusitano). *Reflexões sobre a língua portuguesa*. Lisboa: Typografia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, 1842.

GONÇALVES, M.F. As ideias linguísticas em Portugal no século XVIII. In: *Confluência*, n. 14. p.37-59, 1997.

\_\_\_\_\_. As ideias pedagógicas e linguísticas de António Pereira de Figueiredo: os manuscritos autógrafos da Biblioteca Pública de Évora. In: THIELEMANN, W. (ed.). *Século das Luzes. Portugal e Espanha, o Brasil e a região do Rio de Prata*. Frankfurt: TFM, 2006. p.133-152.

GOUVEIA, A. C. Estratégias de interiorização da disciplina. In: MATTOSO, J. (dir.). *História de Portugal*. v.4. Lisboa: Estampa, 1993. p.415-449.

*Grande dicionário enciclopédico Verbo*. Lisboa; São Paulo: Editorial Verbo, 1997.

*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédico, s/ d. 40 v.

GRAVE, J.; NETTO, C. (dir.). *Lello Universal*. Porto: Livraria Lello, s/ d. 4 v.

HAZARD, P. *O pensamento europeu no século XVIII*. Lisboa: Presença, 1974.

KLEIN, L. F. (org.). *Educação jesuíta e pedagogia inaciana*. São Paulo: Loyola, 2015.

KOSSARIK, M. A tradição portuguesa no contexto da linguística europeia. In.: HEAD, B.F. *et alii* (orgs.). *História da língua e história da gramática*. Braga: Universidade do Minho, 2003. p.181-203.

LEITE, S. *História da companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa: Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938. Tomos I e II.

LIMA, E. de. *A congregação do oratório no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.

LOBATO, A. J. R. *Arte da grammatica da lingua portugueza*. Porto: Imprensa na Rua de Stº Antonio, 1824.

MAIA, C. de A. A história da língua portuguesa na produção gramatical e ortográfica do século XVIII. Alguns aspectos em equação. In: THIELEMANN, W. (ed.). *Século das Luzes. Portugal e Espanha, o Brasil e a região do Rio de Prata*. Frankfurt: TFM, 2006. p.227-245.

MARQUES, A. H. O. *História de Portugal*. Lisboa: Palas, 1978.

MOURA, H.; CAMBRUSI, M. *Uma breve história da linguística*. Petrópolis: Vozes, 2018.

OSTHUS, D. “Como fazem as outras nações cultas e polidas”, o discurso normativo, as normas linguísticas e as luzes”. In: THIELEMANN, W. (ed.). *Século das Luzes. Portugal e Espanha, o Brasil e a região do Rio de Prata*. Frankfurt: TFM, 2006. p.53-66.

*Pedagogia inaciana: uma proposta prática*. São Paulo: Loyola, 1996.

PEREIRA, Pe. Antonio. *Novo methodo da grammatica latina dividido em duas partes para o uso das escolas da Congregação do Oratorio*. Pariz: Vª J.-P. Aillaud, Monlon e Cª, 1860.

PERES, D.; CERDEIRA, E. (dir.). *História de Portugal*. Barcelos: Portucalense Editora, 1934.

RANAURO, H. *Para compreender uma gramática filosófica: uma análise crítica e comparativa da Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa*, de Jerônimo Soares Barbosa. Niterói: Alternativa, 2015.

ROSA, M.C. *Port-Royal e alguns problemas de historiografia da linguística*. Rio de Janeiro: UFRJ/Faculdade de Letras. Aula de 18/ 05/ 2006 (a) para a Disciplina “Panorama Histórico da Tradição Greco-Latina”.

\_\_\_\_\_. *Port-Royal e alguns problemas de historiografia da linguística: as fontes para estudo*. Rio de Janeiro: UFRJ/Faculdade de Letras. Aula de 25/ 05/ 2006 (b) para a Disciplina “Panorama Histórico da Tradição Greco-Latina”.

RUDÉ, G. *A Europa no século XVIII*. Lisboa: Gradiva, 1988.

SANCHEZ DE LAS BROZAS, F. *Minerva: o de la propiedad de la lengua latina*. Madrid: Cátedra, 1976.

SANTOS, I. A. *Usus/Consuetudo, Auctoritas, Ratio: a legitimação da atividade gramatical e os fundamentos da linguagem nos autores do século XVIII*. In: THIELEMANN, W. (ed.). *Século das Luzes. Portugal e Espanha, o Brasil e a região do Rio de Prata*. Frankfurt: Main-Vervuert, 2006. p.27-51.

- SARAIVA, J.H. (dir.). *História de Portugal*. Estella: Publicações Alfa, 1983.
- \_\_\_\_\_. *História concisa de Portugal*. Mem Martins: Europa-América, 1999.
- SERRÃO, J. V. *História de Portugal*. Póvoa de Varzim: Verbo, 1982.
- SERRÃO, J. V. e OLIVEIRA MARTINS, A. H. (dir.) *Nova história da expansão portuguesa*. (dir.). Lisboa: Estampa, 1986. v. viii (*O império luso-brasileiro 1750-1822*).
- SCHAEFER, H. *Historia de Potugal*. Porto: Escritorio da Empreza Editora, 1899. V.v.
- SILVA, I. F. da. *Diccionario bibliographico portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1924.
- SILVA, L. A. R. da. *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1860-71.
- VASCONCELLOS, J. L. *Lições de filologia portuguesa*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1926.
- \_\_\_\_\_. *Opúsculos*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928-29.
- VENTURI, F. *The end of the old regime in Europe, 1776-1789*. Princeton: Princeton University Press, 1991.
- VERDELHO, T. *As origens da gramaticografia e da lexicografia latino-portuguesas*. Aveiro: INIC, 1995.
- VERNEY, L. A. *Verdadeiro método de estudar*. Lisboa: Sá da Costa, 1949.
- VIEIRA, F. E. *A gramática tradicional: história crítica*. São Paulo: Parábola, 2018.
- VOLTAIRE, F. M. A. *Dicionário filosófico*. São Paulo: Abril, 1978.
- WEEDWOOD, B. *História concisa da linguística*. São Paulo: Parábola, 2002.
- WRIGHT, J. *Os jesuítas: missões, mitos e histórias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.

**Sobre Dinah Callou — Luiz Palladino Netto<sup>35</sup>**

---

35 Manifesto, nesta oportunidade, uma palavra de reconhecimento, admiração e gratidão à Dinah, presente em minha estrada desde as primeiras aulas na graduação. Dinah sempre se mostrou uma interlocutora sensível, generosa e crítica, ao congregar suas naturais inclinações nos âmbitos da dialetologia, do variacionismo *lato sensu* e da História da língua. Pôde empreender sua longa e profícua obra ao conjugar os requisitos evocados por Guilherme de Molinier – o querer, o saber e o agir – dosados com rigor, seriedade e equilíbrio, para vislumbrar a verdade da ciência. Por isso, sou uma voz, parte de um grupo privilegiado, que tem convivido com a professora, a pesquisadora e a amiga, figura simbólica para a formação e renovação de toda uma geração. Por tudo isso, lhe sou muito grato.